



RESENHA

Marina Arratia Jiménez. *Lengua quechua, conocimiento etnoecológico y biodiversidad: una exploración desde la ecolinguística*. La Paz: Plural Editores, 2023.

Resenhado por Márcio M. G. Silva, *Pesquisador independente, linguista, tradutor e ambientalista*

O livro *Lengua quechua, conocimiento etnoecológico y biodiversidad: una exploración desde la ecolinguística*, de Marina Arratia Jiménez, é resultado de uma tese de doutorado defendida em um programa de cooperação entre a Universidad Mayor de San Simón de Cochabamba, Bolívia, e a Universidade Católica de Louvain, Bélgica, entre os anos 2017 e 2020, resultado de uma pesquisa na comunidade de Chuñuchuñuni, município de Tapacarí, província de Cochabamba, como se pode ler no primeiro parágrafo da Introducción. O livro é prefaciado por Serafin M. Coronel-Molina, da Universidade de Indiana, Estados Unidos. Na quarta capa do livro a autora reproduz as seguintes palavras de Alwin Fill: “Durante mucho tiempo la lingüística se ha dedicado a frases, lexemas, morfemas y fonemas; ella definió, analizó y catalogó estas unidades de la lengua, así como las comparó en diferentes idiomas” (FILL, 1987). Mas, Marina acrescentou que “De igual manera, la sociolingüística estudió a las lenguas como entidades unidas a suas hablantes, analizó las relaciones entre los fenómenos lingüísticos y los fenómenos socioculturales. Pero faltan estudios que vinculen a las lenguas y sus hablantes con sus espacios de vida, con su medio ambiente natural”. Pois bem, é justamente isso que Marina fez no presente livro, ou seja, “associar as línguas e seus falantes com seus respectivos espaços de vida, com seu meio ambiente natural”. Para isso utilizou o arcabouço teórico da versão brasileira da ecolinguística conhecida como linguística ecossistêmica.

ECO-REBEL

O livro contém 187 páginas e está dividido em Prólogo, Introducción e sete capítulos, alguns deles com subcapítulos. Uma olhada de relance sobre este índice já pode nos dar uma ideia da abrangência e da importância do livro para pelo menos três áreas: 1) a ecolinguística, inclusive a variante linguística ecossistêmica; 2) o cultivo de batatas nos Andes bolivianos, que são origem de muitos produtos que passaram a ser básicos para a alimentação no mundo inteiro; 3) a importância da diversidade ecológica, natural, cultural, linguística e étnica para a vida dos humanos na face da terra. Tudo isso é complementado pelo que se vê na primeira orelha do livro, logo abaixo da foto da autora: “Su tesis versa sobre el conocimiento etnoecológico codificado en la lengua quechua, desde la perspectiva de la ecolingüística”. Aí se vê também que a autora “Actualmente es docente investigadora del CI-PROEIB Andes”, da Universidad Mayor de San Simón, na linha de investigação “Memorias bioculturales y lenguas indígenas en un contexto de crisis ecológica”. Ultimamente, seu foco principal é “la revitalización de las lenguas indígenas vinculadas al conocimiento etnoecológico”. Doravante, passo a um pequeno comentário sobre cada capítulo.

O primeiro capítulo é “I. Biodiversidad y diversidad cultural y lingüística cruzando fronteras disciplinarias” (p.17). Baseando-se em ideias de Leff (que não está nas Referencias), a autora discute o arcabouço geral em que se insere o tópico deste capítulo e do livro em geral. Argumenta que na biologia, na linguística e na antropologia já se discutia a perda da diversidade biológica, linguística e cultural respectivamente. O grande problema é que essas disciplinas não têm dialogado. Por exemplo, a biologia e a antropologia não levam em conta o fato de que a língua é um “medio de codificación y significación de los conocimientos y visiones del mundo de las diversas sociedades”, embora Luisa Maffi venha tentando mostrar as íntimas conexões existentes entre diversidade biológica e cultural. Em torno do movimento liderado por Maffi surgiu uma gama de estudos dedicados a uma visão integrada dessas realidades.

No campo da linguística, Peter Mühlhäusler foi dos primeiros a reconhecer a inextricável ligação entre os dois tipos de diversidade bem como o fato de que natureza, seres vivos e cultura constituem uma imensa teia de interações. Tanto que colaborou com o grupo de Maffi. Ele mostrou que “el abordaje integral de lo lingüístico, lo social e lo ambiental, se encuadran en una cosmovisión particular, en la que la realidad física y la descripción de esa realidad no actúan como fenómenos separados, sino como partes interrelacionadas de un todo” (p.19). Os povos locais, com seus hábitos ancestrais de cultivo da terra, têm sido uma presença importante para a manutenção

ECO-REBEL

da biodiversidade, à qual está intimamente ligada a linguodiversidade e a culturodiversidade. Em suma, eles são os guardiães dessas diversidades.

O capítulo termina salientando que “el territorio boliviano por sus características topográficas presenta una gran diversidad de ecosistemas y pisos agroecológicos, que van desde los paisajes montañosos de Los Andes hasta los densos bosques lluviosos de las Amazonas y los bosques secos del Chaco”. Por isso, “en Bolivia existe una gran variedad de especies de plantas y animales” (p.23). A grande biodiversidade aí existente está intimamente ligada às também íntimas inter-relações que os povos indígenas mantêm com o território. Com um conhecimento que já tem cerca de 10.000 anos, produz-se 65% do que o país consome.

O capítulo seguinte é “II. Más allá de la dicotomía naturaleza-cultura” (p.25). Vê-se que “la idea de la naturaleza como facultad independiente y autónoma resulta ajena a las diversas culturas no occidentales” (p. 27). Parece haver bases ontológicas, filosóficas e políticas que sustentam essa visão não dicotômica natureza-cultura, contrariamente à visão dominante no mundo ocidental. A autora chega a lembrar a famosa Hipótese de Gaia, de James Lovelock, segundo a qual a terra não é mero suporte para a vida: ela também é um ser vivo. Em suma, ela e os seres que nela se encontram constituem um todo interdependente, unificado, harmonioso. Enfim, cada um de nós, humanos, não está aqui e a natureza lá. Não se trata de nós de um lado e ela do outro. Pelo contrário, só existe natureza, e nós somos parte dela. Nossa relação com ela é de parte para o todo.

Em seguida vem o capítulo “III. Ecolingüística: la relación lengua y medio ambiente” (p. 31), que mostra basicamente que a integração de tudo que foi discutido anteriormente pode ser visto a partir da ecolingüística. Este capítulo pode ser lido como uma sintética e precisa apresentação da ecolingüística em geral e da linguística ecossistêmica em especial, cujo tripé L-P-T está reproduzido no final.

O capítulo seguinte, “IV. El ecosistema integral de la lengua: Una aproximación al contexto de habla” (39), mostra como as categorias da linguística ecossistêmica podem ser um ponto de partida para a discussão de diversos componentes e atividades das comunidades linguísticas. Ela começa pela base de tudo, o território (T) falando do solo (*el paisaje*), suas especificidades e consequências disso, do clima, das fontes de água, da vegetação, dos animais e dos cultivos. Vale dizer, T no sentido de meio ambiente natural. Porém, diferentemente da visão de mundo ocidental, nessa cosmovisão espaço e tempo não são entidades abstratas, separadas, mas duas maneiras de se olhar para a mesma realidade. Assim, temos as fases da lua, “los ciclos telúricos, con los ciclos

ECO-REBEL

climáticos, los ciclos agrícolas, los ciclos festivos, entre otros” (p.50). Não há uma divisão rígida entre seres humanos e não humanos, entre entidades do mundo natural e as sobrenaturais. A ligação entre os seres e seu entorno é tão umbilical que os nomes dos diversos aspectos dele são do tipo que em linguagem saussuriana seriam signos motivados, não signos arbitrários propriamente ditos. Tudo é dinâmico, a realidade muda, e está mudando muito rápido ultimamente. Tanto que muitas das pessoas que foram entrevistadas pela pesquisadora salientaram que “nada es igual como antes” (p. 55).

Na seção seguinte a autora passa a falar do segundo componente do tripé do ecossistema linguístico, o povo (P), que é o intermediador das interações entre língua e território (entorno), o que está representado pela linha segmentada entre eles na figura da página 36. Sem povo não há língua nem cultura. A comunidade de Chuñuchuñuni ainda conta com umas 80 famílias. Mostra-se que há uma grande migração para as cidades, com muita gente abandonando suas casas e as terras que cultivava, sobretudo os jovens, embora o cultivo da batata não tenha desaparecido de todo, felizmente. Mas, há os que desejam manter algum vínculo com a comunidade para finalidades políticas, de identidade etc.

Ultimamente se tem usado o celular, objetos de plástico e outros que produzem lixo que não é recolhido, ao ponto de alguns animais comer plástico e morrerem. Está havendo uma tendência à monocultura, com sementes de batata certificadas, fertilizantes químicos e pesticidas em vez de deixar a terra descansar ciclicamente. Isso empobrece o solo e leva a uma perda da diversidade de batatas nativas. Lembre-se que a batata, que é a base da alimentação da Europa, tem origem nos Andes.

Hoje já existe energia elétrica, sinal de televisão mediante antenas parabólicas bem como acesso à internet, inclusive na escola. Veem-se muitos jovens com celular na mão e fone de ouvido, mesmo quando executam tarefas tradicionais. De modo que um jovem disse: “A mí el celular me serve para todo: hablar, mensajear, tomar fotos, grabar y escuchar música, también para alumbrar con la linterna cuando camino de noche” (p. 67). Enfim, praticamente como os jovens dos grandes centros urbanos. Um lado positivo do celular é que permite a comunicação a grandes distâncias e até com parentes que vivem na cidade. Mais, já se usam muitos carros em vez de animais para o transporte de cargas. Tem havido perda do conhecimento tradicional, a despeito da política do ex-presidente Evo Morales, de origem indígena, voltada para sua valorização.

ECO-REBEL

Por fim temos o terceiro componente da comunidade linguística (ecossistema linguístico), que é o lado linguagem (L). Chuñuchuñuni é uma comunidade de fala bilíngue espanhol e quéchua, mas, antigamente era trilingue, com a presença também do aimará, que era muito comum em toda a província de Tapacari. Algumas pessoas mais velhas ainda têm memória dele, mas não têm com quem falar. Quanto ao uso do espanhol e do quéchua Arratia diz que “La lengua quechua es transmitida en el entorno familiar comunal, en cambio el español es aprendido en la escuela y en los centros urbanos o lugares de destino de la migración”. Acrescenta que “La mayoría de adultos de avanzada edad son monolingües quechua, en general la población adulta y joven es bilingüe, quechua y español” e que “En el grupo de monolingües quechua la mayoría son mujeres adultas” (p. 69). Mesmo assim, no geral ainda há um predomínio do uso do quéchua na comunidade.

As tarefas e festividades locais são geralmente em quéchua. Os adultos geralmente falam com os jovens em quéchua. Porém as conversas entre os jovens e crianças podem ser em uma ou outra língua, às vezes alternando as duas. A despeito da política implantada por Morales, o ensino escolar se dá inteiramente em espanhol. Nas reuniões comunitárias pode-se ouvir um quechuñol. De qualquer forma, “la agricultura tradicional continúa siendo un espacio natural de reproducción cultural y lingüística, un espacio de vida donde la lengua quechua cobra mucha vitalidad” (p. 75). O capítulo V fala da “Biodiversidad de papa: el tesoro de los Andes” (p. 77). Aqui a autora começa a afunilar a perspectiva, dirigindo o foco para o que no fundo lhe interessava, o cultivo de batatas na comunidade andina Chuñuchuñuni. Ela nos informa que a Bolívia e o Peru são a origem da batata. Tanto que em ambos países existem inúmeras variedades do precioso tubérculo, há aproximadamente 8.000 anos. As tentativas de contagem têm levado a diversos resultados. Há autores que falam em “60 especies silvestres de papas bolivianas”, outros que apresentam “una clasificación de 400 nombres de papas en lengua quechua y aymara” (p. 79). A grande dificuldade de contagem se deve ao fato de que “una misma papa fue registrada con varios nombres”. O fato é que já se chegou a falar em 1.500 variedades, o que não está comprovado.

Para a comunidade de Chuñuchuñuni, em que fez pesquisa de campo, Marina levantou pessoalmente um total de 42 variedades. Porém, a contagem é muito difícil, pois algumas variedades desaparecem e reaparecem de ano em ano. Baseando-se no conhecimento de nomes de batatas ainda lembrados pelos mais velhos, ela chegou a um total de 22 variedades que não se cultivam mais. Somadas às 42 ainda cultivadas, tem-se um total de 64 variedades de batatas já cultivadas nessa comunidade. A batata e seu cultivo é parte integrante da vida dos andinos, ela é

ECO-REBEL

um ser vivo como os humanos que com ela interagem, em uma comunidade biológica (ou biocenose), não meramente uma sociedade ecológica, apenas com humanos.

Aqui cabe uma reflexão sobre a importância de se manter a diversidade botânica original. Em 1845-1849 houve a Fome da Batata na Irlanda devido ao fungo *oomiceto Phytophthora infestans*, que dizimou a produção de batatas na Europa, levando cerca de um milhão de pessoas à morte. Na Irlanda houve uma redução na população de aproximadamente 20 a 25%. Tendo a planta original, é possível começar novo ciclo de domesticação, como se fez com a batata andina que passou a ser chamada “batata inglesa”. Não havendo a planta original, a consequência é a ausência dessa fonte de alimentação, pois não há como recuperá-la.

No capítulo “VI. Conocimiento etnoecológico codificado en la lengua quechua”, o mais longo do livro, Marina Arratia Jiménez afunila mais ainda o foco, desta vez para pormenores da interação das populações andinas e, mais especificamente bolivianas e de Chuñuchuñuni, com seu entorno. Entra em pormenores no tocante à nomeação das batatas em quéchua. Aliás, a palavra *papa* tem origem nessa língua. A autora não fica em generalidades como as denominações em espanhol, que resumem tudo no termo técnico *Solanum tuberosum*. Assim, ela toca na história e evolução dos nomes, seus significados, as analogias com seres da natureza, com humanos. Há nomes associados à cor, inclusive em espanhol. Fala do aspecto físico das batatas, tais como a cor, o formato, o tamanho, os olhos, o sabor, a umidade e o tempo de cocção. Fala também dos usos e destinação das batatas, das técnicas de plantio, cultivo e colheita. É importante haver rotação no plantio, a fim de respeitar a vida e o descanso da terra, em mais uma prova de que o povo local vê a terra como um ser vivo.

Na verdade, “En la comunidad Chuñuchuñuni la papa es el cultivo más importante, pero no el único, también se siembra, cebada, avena, trigo, ocas y habas” (p. 128). A despeito da importância das batatas para a vida local, essas outras espécies de produtos agrícolas também são importantes. O fato é que há uma íntima simbiose ou comunhão (*kawsakuy*) entre todos os componentes dessa comunidade biológica, tudo veiculado basicamente em quéchua. Enfim, tudo isso porque a terra é vista como um ser vivo, a *Pachamama*, ou seja, a mãe terra, conceito andino que existe independentemente da Hipótese de Gaia.

No capítulo final, “VII. Reflexiones finales: La importancia ecológica de las lenguas indígenas”, Marina Arratia Jiménez fala de um assunto que poderia ser tema para todo um livro, as línguas indígenas e sua importância ecológica. Aliás, no capítulo VI comentado nos dois últimos

ECO-REBEL

parágrafos, a língua indígena majoritária na Bolívia (quéchua) foi a base para toda a argumentação. Em consonância com a ideia do tripé linguístico-ecossistêmico (P-T-L), a autora afirma que “la pérdida física de la biodiversidad, del conocimiento y de la lengua, pueden ocurrir simultaneamente y reforzarse mutuamente” (p. 168). Nesse sentido, “la lengua quechua, como en un acto de resistencia, tiende a refugiarse en su nicho natural o espacio en el que sus funciones tienen relación con un aspecto importante para la vida de los hablantes” (p. 169).

Essa questão se torna mais importante no contexto da Bolívia, país em que são faladas 35 línguas indígenas, todas declaradas oficiais por iniciativa do então presidente de origem aimará Evo Morales. Isso está estatuído no artigo 5 da Constituição da Bolívia (ver Apêndice), que passou a ter o nome oficial de Estado Plurinacional de Bolivia. O item 2 desse artigo dá uma diretriz sobre como pôr em prática a ideia de um país com 36 línguas oficiais, já incluindo o espanhol.

Estas reflexões finais discutem o papel do quéchua não só em Chuñuchuñuni, mas também em todo o país. Ele é falado por cerca de 25% da população, seguido pelo aimará com 16% e o guarani com 0,69%. Daí já se pode ver quão minoritárias são as demais línguas originárias da Bolívia. Mas, como dito, isso é assunto para outro livro.

Por fim, gostaria de salientar a importância do presente livro. Ele é pioneiro na divulgação da ecolinguística, aí inclusa a linguística ecossistêmica, nos países de língua espanhola. É pioneiro também ao mostrar as íntimas relações que existem entre língua, povo e território. Sem o terceiro não existe o segundo, e sem o segundo não existe a primeira. De quebra, o livro é uma boa fonte para a discussão sobre a etnoecologia linguística. É um livro que vale a pena ser lido não apenas por ecolinguistas, mas, sobretudo por aqueles que se interessam pelas línguas indígenas da América do Sul, sobretudo de uma perspectiva mais ampla do que a meramente descritiva.

Apêndice

Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia, promulgada em fevereiro de 2009.

Artículo 5.

I. Son idiomas oficiales del Estado el castellano y todos los idiomas de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, que son el aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawayá, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima,

ECO-REBEL

pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacana, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré y zamuco.

II.El Gobierno plurinacional y los gobiernos departamentales deben utilizar al menos dos idiomas oficiales. Uno de ellos debe ser el castellano, y el otro se decidirá tomando en cuenta el uso, la conveniencia, las circunstancias, las necesidades y preferencias de la población en su totalidad o del territorio en cuestión. Los demás gobiernos autónomos deben utilizar los idiomas propios de su territorio, y uno de ellos debe ser el castellano.

A Constituição está disponível em:

<https://sea.gob.bo/digesto/CompendioNormativo/01.pdf>

ECOLINGÜÍSTICA: REVISTA BRASILEIRA DE
ECOLOGIA E LINGUAGEM (ECO-REBEL), V. 10, N. 1, 2024.